

OFÍCIO RESPOSTA Nº. 0021/2020/PT/PP/MT

Pedra Preta/MT, 19 de outubro de 2020.

À Ilustríssima Senhora Promotora de Justiça

NATHÁLIA MORENO PEREIRA

Pedra Preta / Estado de Mato Grosso

Ilustríssima Promotora

Ao tempo em que externo meus cordiais cumprimentos, valho-me do presente para atender aos questionamentos feitos por este parquet, via Ofício nº. 313/2020/PJ/Pedra Preta, no âmbito do Procedimento Administrativo SIMP nº. 000635-072/2020.

No referido ofício esta Promotoria de Justiça chamou nossa atenção para a absoluta prioridade que a Constituição Federal de 1988 deu aos direitos da criança e do adolescente.

Em razão disso sugeriu a esta agremiação partidária inserir na PROPOSTA DE GOVERNO ações relacionadas à infância e juventude.

Nesse sentido, na FOLHA DE RESPOSTAS (anexa) destaco alguns trechos da PROPOSTA DE GOVERNO, com ênfase nos temas ligados à infância e juventude, bem como outros, eventualmente sonegados na minuta juntada, quando da etapa de registro de candidatura.

ALTIVA DE SOUZA ROCHA

CANDIDATA A PREFEITA

PT – Pedra Preta - MT

PERGUNTAS RESPOSTAS

1.) Creches:

a.) Quantas novas vagas em creches serão criadas?

R: Se eventualmente formos eleitas, asseguramos a este MP que, a saúde física e mental de nossas crianças receberá atenção prioritária;

Porém, em tempos de PANDEMIA, não nos parece coerente afirmar a quantidade de novas vagas a serem ofertadas, sem antes realizar um levantamento minucioso da relação USUÁRIO / VAGA;

Ademais, todas as ações que gerem despesas ao Município devem ser precedidas de planejamento orçamentário e estudo técnico-científico minucioso.

Temos consciência de que a cidade (na última década) ganhou novos bairros, aumentou sua população e, portanto, a necessidade de construção de novas unidades é iminente.

Nesse sentido, Douta Promotora, assumimos o compromisso de, nos primeiros dias da nossa eventual gestão, criar mecanismos que revelem com precisão a relação usuário / vaga. A partir daí buscaremos, juntamente como a equipe de governo, todos os meios legais para garantir que nenhuma criança fique desassistida.

b.) Haverá melhoria na estrutura material e humana das creches?

R: Sim. Temos a sensibilidade necessária para compreender que o período PÓS-PANDEMIA se revela como incerto. Não sabemos COMO SERÁ O AMANHÃ! Mas, não faltarão arrojo e vontade política para buscar melhorias estruturais que promovam a melhoria do ambiente de trabalho, bem como, as condições físicas e psicológicas dos profissionais da educação.

Para tanto, alocaremos recursos necessários à restauração da estrutura físicas dos prédios, bem como, investiremos na qualificação profissional como meio de atingir padrões de excelência na prestação dos serviços de educação.

Sendo que nossa proposta contemplou na pág. 11/21, firmou os seguintes compromissos:

Assegurar nosso compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.

Assegurar o atendimento, com acesso à educação básica e ao atendimento especializado, às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; dotando as escolas de equipamentos, estrutura física e profissionais especializados para o seu atendimento.

Dar especial atenção à Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola e não concluíram a educação básica; e, sempre que possível, articulá-la à formação profissional.

Enfrentar os fatores que provocam a evasão escolar, especialmente as dificuldades dos estudantes do campo e dos jovens e adultos da EJA.

2.) Conselho Tutelar (CT), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Fundo da Infância e Adolescência (FIA):

a.) Há alguma proposta relacionada à melhoria da estrutura material e humana do CT?

R: Sim. Criaremos uma comissão especial para gerir o FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA), com o objetivo de elevar a arrecadação do FIA.

c.) Há alguma proposta para a criação, instrumentalização e capacitação dos membros do CMDCA?

R: Os agentes honoríficos do Conselho Tutelar deverão receber qualificação profissional continuada. Promoveremos intercâmbios com outros municípios, para compartilhar de vivências e trocar experiências com outras realidades.

d.) Há alguma proposta para programar e aumentar a arrecadação do FIA?

R: Sim. A partir de campanha organizada pela Secretaria Municipal de Finanças e Departamento de Tributação incentivar os contribuintes a fazerem doações para o Fundo para Infância e Adolescência - FIA direto da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.

3.) Vítimas de abuso sexual:

a.) Em seu governo, como se daria o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual?

R: Sim. Pretendemos criar o programa municipal “S.O.S. RESGATE”, voltado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. A partir de uma EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, nutricionistas, enfermeiros, fisioterapeuta, etc), atender, acompanhar e orientar as vítimas até minimização do trauma e reinserção na sociedade.

Promoveremos campanhas preventivas e orientativas de forma continuada, como forma de evitar abuso sexual, uso de drogas, violência física, trabalho infantil, suicídio, depressão, automutilação, gravidez precoce, *bullying*, violência escolar, destruição do patrimônio escolar e outras, no âmbito de nossa cidade.

Pretendemos criar mecanismos para estimular a participação popular e juvenil na definição de políticas públicas de seu interesse.

Objetivamos discutir e propor políticas públicas direcionadas à profissionalização de adolescentes e, por conseguinte, sua inserção no mercado de trabalho.

Desejamos incentivar a utilização de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários e liberdade assistida, como instrumento repressivo-pedagógico.

Queremos promover uma reforma fiscal e administrativa como meios eficazes de garantir e destinar recursos substanciais para os assuntos atinentes à proteção integral de crianças e adolescentes.

b.) Quais profissionais fariam esse atendimento e esses profissionais seriam ligados a qual órgão do Município?

R: Médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, nutricionistas, fisioterapeutas, vinculados ao quadro de servidores efetivos da Administração Pública.

4.) Dependentes de substâncias químicas e outros portadores de transtornos mentais:

a.) Em seu governo, como se daria o atendimento de crianças e adolescentes dependentes de substâncias químicas e outros portadores de transtornos mentais?

R: A partir de um programa terapêutico exclusivo para o tratamento de menores de idade (crianças e adolescentes), baseado na interdisciplinaridade e fundamentalmente da Terapia Cognitivo – Comportamental (TCC), com ou sem internação, mas com acompanhamento pedagógico e um programa específico para tratamento de menores de idade com absoluto respeito aos direitos humanos.

c.) Quais profissionais fariam esse atendimento e esses profissionais seriam ligados a qual órgão do Município?

R: Equipe multidisciplinar de preferencia que faça parte do quadro efetivo de servidores.

c.) Há previsão de criação do CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad?

R: Há necessidade de restruturação do CAPS de Pedra Preta, com investimento maciço na infraestrutura, instrumentalização e qualificação profissional.

5.) Campanhas preventivas:

a.) Há previsão de implementação de campanhas preventivas e orientativas para evitar abuso sexual, uso de drogas, violência física, trabalho infantil, suicídio, depressão, automutilação, gravidez precoce, bullying, violência escolar, destruição do patrimônio escolar e outras?

R: Sim. Em nosso eventual governo haverá atenção especial para campanhas preventivas e educativas.

6.) Participação popular e juvenil na definição de políticas públicas:

a.) Há propostas voltadas à participação popular na definição de prioridades para a infância e juventude?

R: Sim. Nossa proposta contemplará um fórum de discussão gerido pela Administração, porém, pensado e organizado pela juventude. Colocando-os na condição de sujeitos ativos.

b.) Há propostas que garantam o protagonismo juvenil na definição das políticas públicas voltados ao público jovem?

R: Sim. Nossa proposta considerou a temática, sendo que na pág. 13/21, firmou compromisso de implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques e abertura das escolas nos finais de semana com atividades para a comunidade, garantindo alternativas de entretenimento para todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens.

7.) Profissionalização de adolescentes e inserção no mercado de trabalho:

a.) Há propostas voltadas à profissionalização de adolescentes e inserção no mercado de trabalho?

R: Sim. Pensamos em firmar parcerias público-privadas com incentivos fiscais para as empresas que se inscrevessem no programa municipal de menor aprendiz.

8.) Medidas socioeducativas em meio aberto:

a.) Em seu governo, quais seriam as melhorias na execução das medidas socioeducativas em meio aberto, especialmente as de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida?

R: Medidas que contemplem a preservação do meio ambiente, como o plantio e poda de árvores, corte de gramados públicos, etc.

9.) Orçamento:

a.) Quais medidas pretende adotar para assegurar previsão orçamentária com prioridade absoluta (art. 227, da Constituição Federal) visando garantir a destinação privilegiada

de recursos para os assuntos atinentes à proteção integral na seara da infância e adolescência?

R: Fazer uma auditoria nas contas públicas para melhor compreender a receita e despesa, como meio eficaz de evitar desperdício e malversação do erário público.

10.) Outras:

a.) Há previsão de implementação ou fortalecimento de projetos esportivos, sociais e artísticos?

R: Sim.

Quais?

R: Nossa proposta considerou a temática, sendo que na pág. 13/21, firmou compromisso de implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques e abertura das escolas nos finais de semana com atividades para a comunidade, garantindo alternativas de entretenimento para todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens.

b.) Há propostas voltadas ao fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente? Quais?

R: Sim. Nossa proposta contemplou no item....

d.) Há propostas para a implementação de programa voltado a orientar e aplicar medidas mais eficientes referentes ao planejamento familiar?

R: Sim.

Quais?

R: Nossa proposta é a realização de audiências públicas com temas voltados para a família. Realizar oficinas e palestras com profissionais habilitados.

d.) Há outras propostas relacionadas às questões afetas à infância e juventude?

R: Sim.

Quais?

R: Nossa proposta considerou a temática, sendo que na pág. 13/21, firmou compromisso de implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques e abertura das escolas nos finais de semana com atividades para a comunidade, garantindo alternativas de entretenimento para todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens.